

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 606/2020

Pelo presente instrumento particular, o INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SAÚDE - INTS, organização social referência na vertical de saúde pública brasileira, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, detentora do Contrato de Gestão nº 001/2019 celebrado com o Município de Mogi das Cruzes-SP, inscrita no CNPJ nº 11.344.038/0024-94, localizada na Avenida Prefeito Carlos Ferreira Lopes, 703, sala 603, Vila Mogilar, Mogi das Cruzes, São Paulo, CEP 08.773-490, neste ato representado por seu Presidente o Sr. José Jorge Urpia Lima, inscrito sob o CPF/MF nº 123.126.815-87 e portador da cédula de identidade RG nº 916317-42, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e, do outro lado, NILCIO RODRIGUES ELETRICAS, sociedade lirnitada inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.635.118/0001-60, situada na Rua Lydio Fernandes Costa, nº 71, Jardim Belem, Suzano, Sao Paulo/SP, CEP 08625-325, neste ato representada pelo Sr. Nilcio Rodrigues, brasileiro, casado, empresário, portador da Cedula de Identidade nº 13470587-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 027.226.988-38, residente e domiciliado na rua Lydio Fernandes da Costa, 11º 71, Jardim Belem, Suzano, Sao Paulo/SP, CEP 08625-325, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA, no final assinado na presença de 02 (duas) testemunhas, tem justo e contratado nos termos e estipulações das normas jurídicas incidentes neste instrumento, que mutuamente outorgam e aceitam, de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

DO CONTRATO ORIGINAL

As partes celebraram em 01 de setembro de 2020, o Contrato de Prestação de Serviços nº 606/2020, tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção predial - SAMU, observando as especificações técnicas e condições comerciais, conforme proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Resolvem as partes, neste ato, alterar o Contrato de Prestação de Serviços nº 606/2020, para prorrogar o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, com início em 16 de setembro de 2023, a se findar no dia 15 de setembro de 2024.





CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL

Ficam intactas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Original, não mencionadas no Termo Aditivo.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente termo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, tudo na presença das testemunhas abaixo.

Mogi das Cruzes/SP, 16 de setembro de 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE TECATORIOS E SAÚDE - INTS

027226988-38

NILCIO RODRIGUES ELETRICAS

TESTEMUNHAS:

NOME DAVID PAZIAN

NOME fumer ozonio des Bontes CPF 483305688/40

TATIANNE APPRECION TUNTO 354.987.698.06



FORMULÁRIO

SOLICITAÇÃO DE ADITIVO

CÓDIGO: FP.AQU.002 REVISÃO: 03

PÁGINA:1/1

DE: SAMU 192 REGIONAL MOGI DAS CRUZES	PARA: Jurídico SEDE - INTS
PRESTADOR:NILCIO RODRIGUES ELETRICAS	CNPJ:09.635.118/0001-60
OBJETO DO ADITIVO: [X] Prazo [] Escopo [] Reajuste	
Vimos, por meio deste, solicitar o 5° aditivo ao CTR nº 606/2019, firmado entre o	
FORNECEDOR NILCIO RODRIGUES ELETRICAS e o INTS – Instituto Nacional de Tecnologia e	
Saúde, para formalização, a partir de 16 de Setembro de 2023 do seguinte:	
[x] Prorrogação da vigência por mais 12 (doze) meses;	
[] Alteração do escopo contratual para [descrever qual a alteração contratual (inclusão ou	
supressão), incluindo valor individual que será adicionado ou suprimido e o valor total final	
ao qual o Contrato passará a deter, após aditamento]	
[] Reajuste do valor contratual [decorrente de dissi	dio/reequilíbrio contratual de
valores/aniversário do contrato (12 meses), indicando a porcentagem e o valor atual e o qual	
passará a ter].	
Mogi das Cruzes , 14 de Setembro de 2023.	
Solicitante:	JHENNEER CARRASCOSA ANALISTA DE RESTAU DO COMMUNISTR. SAMU 192 REGIONALIMO DAS CRUZES
Aprovador conforme tabela de alçada:	David Paxian
	Samu 19



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: NILCIO RODRIGUES ELETRICAS

CNPJ: 09.635.118/0001-60

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

- constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 -Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
- 2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n^o 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos enderecos http://rfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 16:14:04 do dia 14/05/2023 <hora e data de Brasília>. Válida até 10/11/2023.

Código de controle da certidão: **7A4A.6A00.3066.FE2F** Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Romualdo Ribeiro Rosa Diretor Administrativo



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 09.635.118/0001-60

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº

23060047979-80

Data e hora da emissão

02/06/2023 11:49:54

Validade

6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio www.pfe.fazenda.sp.gov.br

tomualdo Ribeiro Rosa Diretor Agriinistrativo



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 0909048 - 2023

CPF/CNPJ Raiz: 09.635.118/

Contribuinte: NILCIO RODRIGUES ELETRICAS

Liberação: 04/09/2023 **Validade:** 02/03/2024

Tributos Abrangidos: Imposto Sobre Serviços - ISS

Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento

Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA

Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE

Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)

Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/. Qualquer rasura invalidará este documento.

O CNPJ NÃO POSSUI ESTABELECIMENTO INSCRITO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. O PRESENTE DOCUMENTO NÃO COMPROVA REGULARIDADE NO CADASTRO DE EMPRESAS DE FORA DO MUNICÍPIO (CPOM).

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 18:01:29 horas do dia 13/09/2023 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 26D4F47B

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf



Informo que a Certidão de FGTS do prestador NILCIO RODRIGUES ELÉTRICAS

LTDA está vigente conforme o histórico do empregador, portanto o mesmo estava regular no
Início do aditivo, porém não há certidão disponível na data inicial. Segue histórico de
Comprovação. Solicito aprovação para dar seguimento no aditivo





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: NILCIO RODRIGUES ELETRICAS (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 09.635.118/0001-60 Certidão nº: 24469373/2023

Expedição: 02/06/2023, às 11:50:50

Validade: 29/11/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que NILCIO RODRIGUES ELETRICAS (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 09.635.118/0001-60, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Romualdo Ribetro Rosa Diretor Administrativo